

Pedra Cinza Mineração Ltda.

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente

Índice

Relatório da administração.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11
Composição da Administração e Gerência Geral Financeira	25

Contexto operacional

A Pedra Cinza Mineração Ltda. (“Empresa ou “Pedra Cinza”) é uma sociedade limitada, constituída em 28 de julho de 2005, e têm como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Empresa está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

A Empresa está em fase de pesquisa, realizando atualmente estudos preliminares e sondagens na região centro-sul do Estado da Bahia próxima aos municípios de Caetitê e Licínio de Almeida para explorar recursos minerais de ferro e na região noroeste do Estado da Bahia, a cerca de 6 km do município de Lapão, para explorar recursos minerais de zinco e chumbo. Os estudos preliminares e sondagens ainda não apresentaram definição geológica de reservas minerais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 22.095 (2022, R\$ 3.492), assim como, tem acumulado prejuízo contábil no valor de R\$ 223.405 (2022, R\$ 142.425). A Empresa conta com o suporte financeiro do Grupo ERG, através do quotista controlador Bahia Minerals B.V. (“BM BV”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades operacionais.

Capital social

O capital social autorizado está representado por 251.127 (duzentos e cinquenta e um mil, cento e vinte e sete) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 154.151 e restando o valor de R\$ 96.976 a integralizar.

Continuidade operacional

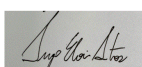
A Administração da Empresa elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado é considerado julgamentos críticos pela administração da Empresa.

Responsabilidade da Administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Empresa enfrenta.

Administradores

Os Administradores em exercício até à data de assinatura das demonstrações contábeis de 2023 encontram-se a seguir indicados:



Tiago Eloi dos Santos
Administrador



Veronica Dittebrandt
Procuradora

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Quotistas e Administradores da
Pedra Cinza Mineração Ltda.
Salvador - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pedra Cinza Mineração Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - incertezas envolvendo as atividades exploratórias da Empresa

Chamamos a atenção para as notas explicativas 6 e 7 às demonstrações contábeis, que indicam que a Empresa despendeu montantes significativos relacionados principalmente ao ativo fixo e às licenças de exploração, cuja recuperação está sujeita ao sucesso de suas campanhas exploratórias em andamento. O investimento em montantes significativos na exploração de reservas minerárias pode não resultar em descoberta de reservas economicamente viáveis. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os investimentos não apresentem o resultado esperado, que depende do sucesso de suas operações futuras. Os planos da administração em relação às suas atividades operacionais estão descritos na nota explicativa 3(a). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

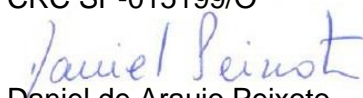
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balço patrimonial
31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	675	14.685
Outros ativos		178	129
		853	14.814
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		178	56
		178	56
Imobilizado	6	1.480	1.120
Intangível	7	16.625	3.031
		18.105	4.151
Total do ativo		19.136	19.021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	3.260	7.136
Partes relacionadas	9	17.343	9.353
Outros passivos		2.345	1.817
		22.948	18.306
Não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	9	16.728	17.411
Provisão para riscos trabalhistas	10	-	346
Recuperação ambiental	11	37.754	35.843
		54.482	53.600
Total do passivo		77.430	71.906
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	12	154.151	81.876
Contribuição ao capital	12	10.960	7.664
Prejuízos acumulados		(223.405)	(142.425)
		(58.294)	(52.885)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		19.136	19.021

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	13	(79.748)	(43.434)
Outras receitas (despesas), líquidas	14	698	(8.017)
Resultado operacional		(79.050)	(51.451)
Receitas financeiras		542	8.069
Despesas financeiras		(2.472)	(2.213)
Resultado financeiro	15	(1.930)	5.856
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(80.980)	(45.595)
Tributos sobre o lucro		-	-
Prejuízo do exercício		(80.980)	(45.595)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Prejuízo do exercício	(80.980)	(45.595)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(80.980)	(45.595)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo
Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Contribuições ao capital acumuladas	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022		71.655	(34.208)	7.547	(96.830)	(51.836)
Aumento do capital social	12	52.800	(52.800)	-	-	-
Integralização de capital social	12	-	44.429	-	-	44.429
Contribuição ao capital		-	-	117	-	117
Prejuízo do exercício		-	-	-	(45.595)	(45.595)
Em 31 de dezembro de 2022		124.455	(42.579)	7.664	(142.425)	(52.885)
Aumento do capital social	12	126.672	(126.672)	-	-	-
Integralização de capital social	12	-	72.275	-	-	72.275
Contribuição ao capital	12	-	-	3.296	-	3.296
Prejuízo do exercício		-	-	-	(80.980)	(80.980)
Em 31 de dezembro de 2023		251.127	(96.976)	10.960	(223.405)	(58.294)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(80.980)	(45.595)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização	6 e 7	97	30
Provisões e reversões, líquidas	14	1.565	(16.858)
Perda na baixa de ativo imobilizado (intangível)	6 e 7	31	28.161
Atualização de valor justo	9	-	(7.857)
Juros sobre mútuos e empréstimos	9	2.160	2.014
Variações no capital circulante			
Fornecedores	8	(3.876)	2.210
Partes relacionadas	9	7.274	4.582
Outros ativos e passivos		357	855
Caixa líquido usado pelas atividades operacionais		(73.372)	(32.458)
Atividades de investimento			
Aquisição de intangível	7	(13.600)	(2.583)
Aquisição de imobilizado	6	(482)	(215)
Caixa líquido usado pelas atividades de investimento		(14.082)	(2.798)
Atividades de financiamento			
Aporte de capital social de acionista		72.275	44.429
Redução (captação) de empréstimos junto a partes relacionadas	9	(2.127)	2.184
Contribuição ao capital de partes relacionadas	9	3.296	117
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		73.444	46.730
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(14.010)	11.474
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	14.685	3.211
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	675	14.685

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Empresa.

1. Contexto operacional

A Pedra Cinza Mineração Ltda. (“Empresa” ou “Pedra Cinza”) é uma sociedade limitada, constituída em 28 de julho de 2005, e têm como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Empresa está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 19 de abril de 2024.

2. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, bem como foram ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(a) Alterações ao IFRS 16 / CPC 06: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (transação de venda e retroarrendamento)

A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa.

2.2 *Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)*

(b) Alterações ao IAS 1 / CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa.

(c) Alteração ao IAS 7 / CPC 23 (R2) e ao IFRS 7 / CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa.

2.3 **Conversão em moeda estrangeira**

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa está inserida ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Empresa.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

A Empresa classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mesurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

(a) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(b) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

(c) Impairment de ativos financeiros

A Empresa mantém como ativos financeiros, sujeitos a perda esperada de crédito estabelecida pelo CPC 48 / IFRS 9, caixa e equivalente de caixa. A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.6 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Edificações, máquinas e equipamentos, veículos, computadores periféricos, móveis e utensílios e instalações são demonstrados pelo custo histórico. O custo histórico do ativo imobilizado inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, também pode incluir os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item sejam gerados e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é registrado como despesa se os critérios de reconhecimento de imobilizado não são cumpridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

2.6 Imobilizado (continuação)

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos;
- Móveis e utensílios: de 2 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

2.7 Intangível

(a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas.

2.8 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

No caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* serão revisadas com base no estudo de viabilidade econômica da Empresa, sendo os fluxos de caixa são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção mineral do projeto;
- Níveis de produção futuros do minério;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

2.8 Impairment de ativos não financeiros (continuação)

Entidades que reconhecem ativos de exploração mineral são requeridas a realizar análises de recuperação desses ativos quando eventos específicos ou circunstâncias indicam a necessidade de uma avaliação de *impairment*. Considerando que os direitos minerários da Empresa estão em fase de exploração, foi avaliado a possível deterioração desses ativos com base nas diretrizes do IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais. Durante essa análise, nenhum sinal de comprometimento foi identificado.

2.9 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.10 Empréstimos

Os empréstimos são tomados com partes relacionadas e são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo.

A Empresa é parte em contratos de mútuos com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de mútuos representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de mútuos é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Empresa encontra-se em fase de pesquisa e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, são reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Empresa decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de pesquisa.

2.13 Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro estão descritas a seguir.

(a) Continuidade operacional

A Administração da Empresa elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera o suporte financeiro de seu quotista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Empresa.

3. *Estimativas e julgamentos contábeis críticos (continuação)*

(b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, necessárias para a liquidação das obrigações da Empresa, não prevê a incidência de juros. Com isso, o valor justo reconhecido pela Empresa busca refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência. Onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

(c) Perda (*impairment*) do intangível

O intangível da Empresa, composto por direitos minerários, é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Os direitos minerários da Empresa correspondem os processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral e em prazo que corresponderá à vida útil estimada das reservas provadas.

(d) Recuperação ambiental

A Empresa utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes a provisão de recuperação de áreas degradadas que seguem as diretrizes previstas pela Deliberação Normativa COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental) nº 145, empregada pelo órgão ambiental do Estado de Minas Gerais para mensuração e classificação de impactos ambientais de empreendimentos minerários exauridos e em fase de descomissionamento. As obrigações provisionadas são mensuradas considerando valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

4. Gestão de risco financeiro

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

4. *Gestão de risco financeiro (continuação)*

(b) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu quotista controlador.

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos.

		2023	2022
Ativos	Categoria		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	675	14.685
		675	14.685
Passivos	Categoria		
Fornecedores	Ao custo amortizado	3.260	7.136
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	17.343	9.353
Empréstimos com partes relacionadas	Ao custo amortizado	16.728	17.411
		37.331	33.900

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

5. **Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Aplicações financeiras de curto prazo	664	14.149
Depósitos bancários à vista	8	534
Recursos em caixa	3	2
	675	14.685

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidades vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”).

6. Imobilizado

	Terrenos	Equipamentos de TI	Móveis	Benfeitorias	Outros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2022	-	7	141	17	2	167
Adições	810	133	37	45	-	1.025
Em 31 de dezembro de 2022	810	140	178	62	2	1.192
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2022	-	(1)	(28)	(17)	(1)	(47)
Depreciação	-	(5)	(16)	(4)	-	(25)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(6)	(44)	(21)	(1)	(72)
Saldo contábil						
Custo total	810	140	178	62	2	1.192
Depreciação acumulada	-	(6)	(44)	(21)	(1)	(72)
Em 31 de dezembro de 2022	810	134	134	41	1	1.120
Custo						
Em 1º de janeiro de 2023	810	140	178	62	2	1.192
Adições (i)	-	-	179	217	86	482
Baixas	(31)	-	-	-	-	(31)
Em 31 de dezembro de 2023	779	140	357	279	88	1.643
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2023	-	(6)	(44)	(21)	(1)	(72)
Depreciação	-	(28)	(26)	(35)	(2)	(91)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(34)	(70)	(56)	(3)	(163)
Saldo contábil						
Custo total	779	140	357	279	88	1.643
Depreciação acumulada	-	(34)	(70)	(56)	(3)	(163)
Em 31 de dezembro de 2023	779	106	287	223	85	1.480

(i) Em 2023 houve adições de imobilizado no total de R\$ 482 (2022, R\$ 1.025), não havendo adições de imobilizado sem efeito caixa (2022, R\$ 810).

7. Intangível

	Direitos minerários (i)	Outros	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2022	29.405	31	29.436
Adições	2.583	-	2.583
Baixas	(28.161)	(1)	(28.162)
Outras movimentações	(810)	-	(810)
Em 31 de dezembro de 2022	3.017	30	3.047
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2022	-	(11)	(11)
Amortizações	-	(5)	(5)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(16)	(16)
Saldo contábil			
Custo total	3.017	30	3.047
Amortização acumulada	-	(16)	(16)
Em 31 de dezembro de 2022	3.017	14	3.031
Custo			
Em 1º de janeiro de 2023	3.017	30	3.047
Adições (ii)	13.600	-	13.600
Em 31 de dezembro de 2023	16.617	30	16.647
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2023	-	(16)	(16)
Amortizações	-	(6)	(6)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(22)	(22)
Saldo contábil			
Custo total	16.617	30	16.647
Amortização acumulada	-	(22)	(22)
Em 31 de dezembro de 2023	16.617	8	16.625

(i) Os direitos minerários da Empresa correspondem aos processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo histórico de pesquisas, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral no prazo que corresponderá à vida útil estimada das reservas comprovadas.

(ii) Aquisição de direitos minerários como estratégia de diversificação do portfólio de minerais possíveis de serem explorados pela Empresa.

8. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedor nacional	3.260	7.136

9. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	2023		2022	
	Passivo circulante	Resultado financeiro	Passivo circulante	Resultado financeiro
Bahia Mineração S.A. (i)	17.343	(716)	9.353	(244)
	Passivo não circulante	Resultado financeiro	Passivo não circulante	Resultado financeiro
Bahia Mineração S.A. (ii)	16.728	(1.444)	17.411	6.087
Saldo em 31 de dezembro	34.071	(2.160)	26.764	5.843

(i) Contrato de rateio de gastos administrativos

A Empresa possui contrato de rateio de gastos administrativos (“*cost sharing*”) com a Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”). O contrato de *cost sharing* possui correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento, onde o montante de R\$ 716 (2022, R\$ 244) representa o custo deste contrato de rateio de gastos administrativos.

(ii) Contrato de mútuo

Os contratos de mútuo, entre a Empresa e a BAMIN, tem uma taxa de desconto em 2023, 9,50% (2022, 10,25%), onde os custos de empréstimos foram de R\$ 1.444 (2022, R\$ 1.770), contribuição ao capital de R\$ 3.296 (2022, R\$ 117), assim como, têm estimativa de pagamento para o ano 2029 e sem ganho com atualização do valor justo por reestimativa no prazo de pagamento (2022, R\$ 7.857).

(b) Transações e movimentações

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	26.764	25.840
Ingresso de recursos	8.443	6.884
Juros	2.160	2.014
Contribuição ao capital	(3.296)	(117)
Atualização do valor justo	-	(7.857)
Saldo inicial em 31 de dezembro	34.071	26.764

10. Provisão para riscos trabalhistas

	2023	2022
Trabalhistas	-	346

A Empresa possuía alguns consultores com dedicação exclusiva, que recebiam seus rendimentos por meio de pessoas jurídicas. Baseada na análise conjunta com seus assessores e consultores técnicos, a Empresa decidiu por reverter a provisão para contingências por entender que não há riscos prováveis para perdas com processos judiciais para liquidação de obrigações trabalhistas, caso tais consultores fossem considerados equivalentes a empregados da Empresa.

(a) Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

Na data base de 31 de dezembro de 2023, na esfera Cível, foram identificados alguns passivos contingentes no montante de R\$ 4.499 (2022, R\$ 2.853) não provisionados e de risco possível. Estando estes litígios em discussão e sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Empresa.

Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Empresa que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Empresa estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Conseqüentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

11. Recuperação ambiental

	2023	2022
Provisão para recuperação de áreas degradadas	37.754	35.843

A Empresa utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes a provisão de recuperação de áreas degradadas pela atividade de mineração desenvolvida pelo grupo societário que detinha os direitos econômicos da Empresa até o ano de 2012, ano em que o Grupo ERG adquiriu os direitos econômicos da Empresa.

O montante provisionado refere-se às estimativas de recuperação ambiental e desmonte das estruturas, como parte das obrigações previstas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ("PRAD").

As estimativas explanadas acima seguiram as diretrizes previstas pela Deliberação Normativa COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental) nº 145, empregada pelo órgão ambiental do Estado de Minas Gerais para mensuração e classificação de impactos ambientais de empreendimentos minerários exauridos e em fase de descomissionamento. O valor provisionado foi mensurado em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

12. Patrimônio líquido negativo

(a) Capital social

Em 2023 a empresa apresentou um aumento de capital social de R\$ 126.672, mediante a emissão de 126.672.000 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e setenta e duas mil) novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma e totalmente subscritas.

O valor total do capital subscrito apresentado em 2023 é de R\$ 251.127 (2022, R\$ 124.455), dos quais R\$ 154.151 (2022, R\$ 81.876) estão integralizados, sendo que, em 2023 foram integralizados R\$ 72.276 (2022, R\$ 44.429) através de transferência bancárias e R\$ 96.976 (2022, R\$ 42.579) a serem integralizados até 31 de dezembro de 2024.

(b) Contribuição ao capital

As contribuições ao capital foram de R\$ 3.296 (2022, R\$ 117), reconhecidas no patrimônio líquido da Empresa e mensuradas como a diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante de recursos recebidos sob os contratos de mútuo.

13. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Consultorias, assessorias e serviços gerais (i)	61.741	33.325
Pessoal	13.968	8.243
Outros	4.039	1.866
	79.748	43.434

(i) Em 2023, a Empresa aplicou recursos significativos em consultorias e serviços técnicos relacionados a prospecção e estudos de exploração de direitos minerários.

14. Outras receitas (despesas), líquidas

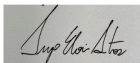
	2023	2022
Provisão para riscos trabalhistas	(2.988)	(113)
Reversão para recuperação de áreas degradadas	1.424	16.971
Receita com arrendamentos	2.578	3.313
Perda com baixa de intangíveis (nota 7)	-	(28.161)
Outros	(316)	(27)
	698	(8.017)

15. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	541	212
Atualização de valor justo (i)	-	7.857
Outras receitas financeiras	1	-
	542	8.069
Despesas financeiras		
Juros de operações com partes relacionadas	(2.160)	(2.014)
Outras despesas financeiras	(312)	(199)
	(2.472)	(2.213)
	(1.930)	5.856

(i) As atualizações de valor justo de empréstimos são resultado de revisão do prazo estimado para o futuro pagamento dos empréstimos.

Administração



Tiago Eloi dos Santos
Administrador

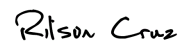


Veronica Dittebrandt
Procuradora

Gerência Geral Financeira



Pedro Machado
Gerente Geral Financeiro



Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5